

CONCURSO PÚBLICO

007. PROVA OBJETIVA

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ÁREA DE CONHECIMENTO/ÊNFASE: **SANEAMENTO BÁSICO**

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e dissertativa é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira a seguir:



(André Dahmer. *Malvados* # 846. Disponível em: www.malvados.com.br)

A vírgula no 1º quadro foi empregada pelo mesmo motivo que em:

- (A) Sem estar preparado para o pior, não se pode desejar o calor impossível.
- (B) Em situações de desespero, as pessoas podem tomar medidas extremas.
- (C) Há quem prefira buscar para si mesmo as coisas celestiais; outros, as infernais.
- (D) A ausência de uma figura materna gera uma busca, pois fica um espaço vazio.
- (E) O diabo é conhecido como aquele que garante a dor, o sofrimento e a tentação.

02. Está em conformidade com a norma-padrão de emprego do acento indicativo de crase e de regência verbal e nominal a frase:

- (A) Com um projétil na pistola, a personagem reitera de sua capacidade em descer às profundezas terrestres.
- (B) A personagem acha que o risco envolvido no ato de amar é algo à que se pode prescindir.
- (C) Segundo o diabo, viver feliz é algo em que todos anseiam, mesmo quando se aspirou à algo oposto.
- (D) Estar no inferno foi algo que não agradou à personagem que necessitava de um calor impossível.
- (E) Os que teimam sonhar conferem para a dor uma selvageria indômita e não veem justificativa à amar.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **03 a 06**:

O desenvolvimento da Inteligência Artificial Generativa (IAG) depende do treinamento de vastos conjuntos de informações para que o modelo aprenda sobre linguagem, padrões e conhecimento geral. Esses dados podem incluir textos, imagens ou vídeos, os quais frequentemente são protegidos por direitos autorais.

Se, por um lado, a criatividade e o conteúdo humano precisam ser preservados e recompensados, por outro, regras rígidas de direitos autorais para o treinamento da IAG podem trazer efeitos colaterais preocupantes, tais como: custos proibitivos para empresas de pequeno porte, aumentando a vantagem competitiva das grandes empresas; fuga de centros de IA para países mais permissivos; menor precisão diante da menor quantidade de dados; e repressão da pesquisa aberta e concentração de inovação em ambientes fechados.

O conteúdo, enquanto obra passível de proteção, é utilizado somente como insumo técnico para ensinar o modelo sobre as relações estatísticas entre os seus elementos. Embora esses vetores não reproduzam diretamente a obra original e os modelos não armazenem os dados como um banco de referência consultável, eles podem carregar sua estrutura em forma matemática, o que poderia levar à conclusão de que, a partir disso, seria possível reconstruir o conteúdo protegido.

Diferentemente de um livro digital ou de uma música arquivada, esses sistemas não guardam cada obra de forma individual, mas extraem padrões estatísticos gerais a partir do conjunto de uma grande massa toda. A memorização de trechos específicos pode ocorrer, mas em pequena escala. Em geral, o modelo generaliza e o impacto de cada obra isolada se dilui dentro da massa de dados, não havendo como rastrear a contribuição unitária. Isso torna inadequado tratar o treinamento desses modelos como se fosse equivalente ao uso individualizado de uma obra musical, jornalística ou literária.

No Brasil, há fundamentos jurídicos que permitem a aplicação do “uso justo”, conforme entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a Lei de Direitos Autorais, quando: se tratar de situação especial; não prejudicar a exploração normal da obra; e não causar dano injustificado aos interesses do autor.

Em geral, no caso do “treinamento justo”, os argumentos são: os dados são utilizados apenas como insumos técnicos, para ensinar padrões estatísticos, e não para copiar as obras originais; o aprendizado de máquina é comparável ao processo humano de indução e generalização; e a responsabilização deve ser aplicada em relação aos resultados produzidos que violem direitos autorais.

Ou seja, o tema é desafiador e de alta complexidade, sob a perspectiva técnica e jurídica. A tensão entre garantir a remuneração e o reconhecimento dos criadores, por um lado, e não inviabilizar a inovação tecnológica, por outro, exige abordagem regulatória cuidadosa, proporcional e tecnologicamente embasada.

(Rony Vainzof. *Treinamento da IA, direitos autorais e regulação*.
www.estadao.com.br, 21.10.2025. Adaptado)

03. Com base nas informações presentes no texto sobre o treinamento e o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG), defende-se que

- (A) a opção por um modelo estatístico de treinamento da IAG garante a possibilidade de ligar o produto gerado por eles ao autor original.
- (B) a probabilidade de uma IAG reproduzir conteúdo idêntico ao usado para seu treinamento é tão remota que não se justifica criar uma legislação a respeito.
- (C) o uso de obras autorais para o treinamento da IAG deve garantir tanto a proteção autoral quanto o incentivo ao progresso digital.
- (D) o treinamento da IAG deve se dar de maneira regulada, o que gera equilíbrio entre empresas de diferentes portes.
- (E) a IAG pode beneficiar uma obra autoral, na medida em que, ao reproduzir seu conteúdo, explora-o, fazendo sua divulgação indireta.

04. Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado pode ser substituído, mantendo-se o sentido do trecho, pelo que está entre colchetes, empregado em sentido figurado.

- (A) No Brasil, há fundamentos jurídicos que permitem a **aplicação** [dedicação] do “uso justo”, conforme entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ)... (5º parágrafo)
- (B) ... e **repressão** [sufocação] da pesquisa aberta e concentração de inovação em ambientes fechados. (2º parágrafo)
- (C) ... regras **rígidas** [intrépidas] de direitos autorais para o treinamento da IAG podem trazer efeitos colaterais preocupantes... (2º parágrafo)
- (D) Esses dados podem **incluir** [abarcas] textos, imagens ou vídeos, os quais frequentemente são protegidos por direitos autorais. (1º parágrafo)
- (E) ... esses sistemas não guardam cada **obra** [trabalho] de forma individual, mas extraem padrões estatísticos gerais... (4º parágrafo)

05. Está em conformidade com o que se afirma no texto e com a norma-padrão de concordância verbal e nominal a frase:

- (A) Não está descartado a possibilidade de que uma IA guarde excertos particulares de uma obra, mas isso ocorre numa proporção ínfima.
- (B) Um autor cujas obras foram utilizadas para treinar sistemas de IA não deverão receber compensações, a menos que consigam provar o uso.
- (C) Uma legislação mais rigorosa aplicada sobre empresas desenvolvedoras de IA as forçariam a mudar para um país onde as condições fossem mais favoráveis.
- (D) Busca-se no Brasil meios para se chegar a uma legislação que contemple, além do “uso justo”, o “treinamento justo” dos sistemas de IA.
- (E) A vastidão dos conjuntos de informações que alimentam a IA é o que garante o funcionamento desses sistemas conforme o que se espera deles.

06. Considere o 3º parágrafo do texto:

O conteúdo, **enquanto** obra passível de proteção, é utilizado somente como insumo técnico para ensinar o modelo sobre as relações estatísticas entre os seus elementos. **Embora** esses vetores não reproduzam diretamente a obra original e os modelos não armazenem os dados como um banco de referência consultável, eles podem carregar sua estrutura em forma matemática, o que poderia levar à conclusão de que, a partir disso, seria possível reconstruir o conteúdo protegido.

Os vocábulos destacados podem ser substituídos, respectivamente, mantendo-se o sentido e a norma-padrão do trecho, por:

- (A) na qualidade de ... Ainda que
- (B) no momento de uma ... Mesmo que
- (C) conforme ... Enquanto
- (D) entendido como ... Entretanto
- (E) à medida que ... Posto que

07. Está em conformidade com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal a frase:

- (A) Os dados das obras são acessíveis pelos modelos e estes armazenam-os com uma estrutura matemática.
- (B) Obras originais têm sido usadas para alimentar modelos de IA, mas estes não têm citado-as devidamente.
- (C) Os modelos, por fim, não reproduzem integralmente conteúdos protegidos por direito autoral, mas lhes imitam.
- (D) A capacidade dos modelos de IA de gerar conteúdos novos é objeto de questionamento de quem cria-os de maneira autoral.
- (E) O conteúdo está sujeito à proteção de direitos autorais e é utilizado pelo desenvolvedor do modelo para alimentá-lo.

08. Curiosamente, a cotação anual de um ativo sofreu reajustes positivos e sucessivos de, respectivamente, 3%, 40%, 3%, 40%, 3%, 40% e 3%.

Valores que podem auxiliar a resolução

$0,03^4 = 0,00000081$	$0,04^3 = 0,000064$
$0,3^4 = 0,0081$	$0,4^3 = 0,064$
$1,03^4 = 1,12550881$	$1,04^3 = 1,124864$
$1,3^4 = 2,8561$	$1,4^3 = 2,744$

Após esses sete reajustes na cotação, é correto afirmar que o reajuste total que essa cotação sofreu foi um valor mais próximo de

- (A) 209%
- (B) 600%
- (C) 132%
- (D) 300%
- (E) 401%

09. Uma senha de acesso a um computador é composta de 7 caracteres distintos, que são, nesta ordem: 3 letras dentre as letras A, B, C, D e E e 4 algarismos dentre os algarismos 1, 2, 3, 4 e 5. A primeira letra utilizada na senha deve ser seguida de outras duas letras que sejam, em relação à ordem alfabética, posteriores à primeira letra, e essas outras duas letras devem estar em ordem alfabética. O primeiro algarismo utilizado na senha deve ser seguido de outros três algarismos que sejam menores do que esse primeiro algarismo.

Considerando todas as possibilidades de criação dessas senhas, a probabilidade de uma delas ser sorteada e ser uma senha que inicie com a letra B e termine com o algarismo 2 é

- (A) 5%
- (B) 6%
- (C) 7%
- (D) 8%
- (E) 4%

10. Para realçar um discurso de sucesso, o diretor de uma empresa quer expor os resultados positivos dos últimos 6 meses por meio de uma análise das medidas de tendência central que são: média, mediana e moda. Os resultados a serem considerados são os totais de vendas de cada mês, que são, respectivamente e em milhões de reais: 23, 16, 17, 20, 8 e 16.

O diretor calculou essas três medidas que, em ordem crescente de valor, são:

- (A) média, moda, mediana.
- (B) moda, mediana, média.
- (C) mediana, média, moda.
- (D) moda, média, mediana.
- (E) média, mediana, moda.

11. Um artesão tinha à sua disposição um bloco compacto de madeira, com formato cúbico, cujo volume era de 4.096 cm^3 . Ele dividiu esse cubo, sem perda de material, em oito cubos iguais. Quatro desses cubos o artesão desbastou até que ficassem, cada um, com o formato de um cilindro, cuja base circular tinha diâmetro de medida igual à aresta do cubo e cuja altura era a mesma altura do cubo; outros três desses cubos ele desbastou até que ficassem cada um com o formato de uma pirâmide cuja base era uma das faces do cubo e cuja altura era igual à altura do cubo; um desses oito cubos o artesão não alterou.

Ao realizar esse trabalho de criação dessas oito peças, o volume de madeira que o artesão desbastou correspondia, em relação ao bloco de madeira inicial, a

Adote: $\pi = 3$

- (A) 45%
(B) 25%
(C) 37,5%
(D) 32,5%
(E) 40%
12. Adriana, Bruna e Carla são amigas e suas idades são 35, 42 e 48 anos, não necessariamente nessa ordem. Elas têm profissões diferentes, sendo uma delas médica, outra advogada e outra professora. Também é conhecido o fato de que Adriana não tem 48 anos e é prima da médica. Já a professora mora bem perto da Adriana, e Carla já passava dos 10 anos de idade quando a futura professora nasceu.

Com essas informações, é correto afirmar que a diferença entre a soma das idades da médica e da advogada e a soma das idades de Adriana e de Bruna é igual a

- (A) 9.
(B) 7.
(C) 15.
(D) 6.
(E) 13.
13. A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico-matemático:

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 5, ...

Considerando esse padrão, é possível determinar os elementos em qualquer posição da sequência. Sejam F o 125º e G o 165º elementos dessa sequência, a razão F/G em seu formato irredutível é

- (A) $9/8$
(B) $3/4$
(C) $2/3$
(D) $10/9$
(E) $8/7$

14. Assinale a alternativa correta a respeito das autarquias especiais.

- (A) São subordinadas diretamente a um ministério, secretaria ou ao chefe do respectivo Poder Executivo.
- (B) Seus dirigentes não possuem mandato fixo, podendo ser exonerados a qualquer tempo pelo chefe do Poder Executivo.
- (C) São dotadas de autonomia e estão sujeitas à fiscalização e ao controle externo apenas por parte do Poder Judiciário.
- (D) Possuem personalidade jurídica de direito privado e desempenham atividades de natureza privada delegadas pelo Estado.
- (E) A indicação dos seus dirigentes é feita diretamente pelo Presidente da República com aprovação do Senado no caso das agências federais.

15. Na hipótese de concessão de um serviço público em que a concessionária, na execução do serviço concedido, venha a causar um prejuízo ao usuário, é correto afirmar que

- (A) o responsável pelo ressarcimento dos danos será o poder concedente, em razão da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva do Estado.
- (B) a concessionária deverá responder pelos danos, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.
- (C) a concessionária e o poder concedente deverão responder de forma solidária pelos danos causados ao usuário, para que este tenha maior possibilidade de ressarcimento.
- (D) a concessionária deverá responder pelos danos ao usuário, cabendo a este o ônus probatório de comprovar que houve culpa ou dolo da concessionária.
- (E) quem deverá responder pelos danos causados ao usuário é a concessionária, solidariamente, com o funcionário que foi o culpado pela causação dos danos.

16. Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações) no tocante às suas sanções administrativas.

- (A) O produto da arrecadação das multas aplicadas em decorrência de infrações cometidas, nos termos da LGPD, inscritas ou não em dívida ativa, será destinado ao fundo de despesas ordinárias do Poder Judiciário.
- (B) Uma das sanções aplicáveis aos agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na LGPD, é a prisão administrativa por até 30 (trinta) dias.
- (C) Aplicadas sanções administrativas previstas na LGPD, fica vedada a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas em outras legislações.
- (D) A LGPD prevê, como sanção, a suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período.
- (E) É vedada a aplicação de multa, como sanção administrativa, a ser imposta sobre o faturamento de pessoa jurídica de direito privado.

17. Considerando a repartição constitucional de competências dos entes federados, no tocante à competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, a Constituição Federal estabelece, nessas matérias, que

- (A) compete à União legislar privativamente.
- (B) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- (C) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) é competência legislativa concorrente entre Estados, DF e Municípios.
- (E) compete, privativamente, aos Estados e ao Distrito Federal.

18. Suponha que Adélio, detentor de cargo público no Estado de São Paulo, pretenda atuar como procurador de interesses privados nos órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta estadual. Nessa situação hipotética, considerando os termos do Decreto Estadual nº 69.474/ 2025, é correto afirmar que
- (A) a eventual atuação de Adélio configura conflito de interesses real, que pode gerar procedimento administrativo disciplinar ou ação de improbidade.
 - (B) Adélio poderá atuar na forma pretendida, se estiver devidamente autorizado pela autoridade competente.
 - (C) essa situação não configura conflito de interesses, podendo Adélio atuar como procurador, independentemente de autorização.
 - (D) a atuação pretendida de Adélio configura conflito de interesses potencial, o qual, isoladamente, não enseja a imposição de sanção.
 - (E) a atuação pretendida de Adélio configura conflito de interesses potencial, o qual é passível de imposição de sanção por improbidade administrativa.
19. Segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na hipótese de decisões ou opiniões técnicas prolatadas por um agente público, este
- (A) não responderá pessoalmente por elas, uma vez que deve ter independência em suas funções.
 - (B) responderá pessoalmente apenas se estiver exercendo cargo de direção, chefia ou assessoramento.
 - (C) responderá pessoalmente em caso de dolo ou erro grosseiro.
 - (D) não responderá pessoalmente, salvo se agiu com a intenção de prejudicar a imagem da Administração.
 - (E) não responderá pessoalmente, salvo se a opinião ou decisão não for acatada pelo seu superior imediato.
20. Com base na legislação aplicável e nas boas práticas regulatórias, assinale a alternativa correta quanto aos objetivos e princípios que regem a atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP).
- (A) A Lei Complementar nº 1.025/2007 limita a competência da ARSESP aos serviços de energia elétrica e gás canalizado, vedando-lhe atuar em matéria de saneamento básico.
 - (B) O regime especial da ARSESP visa garantir subordinação técnica ao Poder Executivo, preservando a uniformidade das decisões administrativas estaduais.
 - (C) Conforme o art. 9º da Lei Complementar nº 1.025/2007, compete à ARSESP fixar as tarifas de energia elétrica no Estado de São Paulo, independentemente das diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
 - (D) A atuação da ARSESP deve pautar-se pela intervenção direta nas políticas de investimento das concessionárias, assegurando controle público sobre sua execução.
 - (E) A modicidade tarifária, a transparência decisória e a proteção dos direitos dos usuários integram os objetivos da ARSESP, orientando tanto a regulação quanto a fiscalização dos serviços públicos.
21. As falhas de mercado justificam a intervenção do Estado por meio da regulação econômica. Considerando as principais formas de falhas de mercado e os instrumentos regulatórios correspondentes, assinale a alternativa correta.
- (A) A assimetria de informação decorre de falhas contratuais entre agentes privados e, por isso, não constitui hipótese de intervenção regulatória.
 - (B) As externalidades positivas exigem a criação de tributos ou tarifas que desestimulem a atividade.
 - (C) Bens públicos são divisíveis e excludentes, razão pela qual sua provisão é mais eficiente pelo setor privado sob regime de concorrência.
 - (D) A existência de retornos crescentes de escala em monopólios naturais não elimina a necessidade de regulação, justificando a atuação estatal para garantir eficiência produtiva e modicidade tarifária.
 - (E) A seleção adversa ocorre após a celebração do contrato, quando uma das partes altera seu comportamento em razão da impossibilidade de monitoramento.

- 22.** As boas práticas de governança regulatória buscam aprimorar a qualidade das normas editadas pelas agências reguladoras. Nesse contexto, a Análise de Impacto Regulatório (AIR) caracteriza-se por
- (A) ser um estudo prévio que identifica o problema regulatório, avalia alternativas e subsidia a tomada de decisão antes da edição do ato normativo.
 - (B) representar o planejamento anual das ações prioritárias de regulação da agência.
 - (C) ser mecanismo de controle posterior exercido por órgãos de auditoria e fiscalização.
 - (D) consistir em consulta pública destinada a colher contribuições da sociedade sobre proposta normativa já elaborada.
 - (E) ser um instrumento utilizado após a edição da norma, destinado a avaliar seus efeitos e resultados.
- 23.** Durante a tramitação de um processo de revisão tarifária, a área técnica concluiu relatório propondo rever parâmetros de cálculo. Antes da reunião do Conselho Diretor, o diretor responsável aprova o relatório e o envia à concessionária para aplicação imediata, alegando urgência e suficiência técnica. O procedimento não foi, portanto, submetido à deliberação colegiada.
- Com base no Regimento Interno da ARSESP (Deliberação nº 1.649/2025) e nos princípios de governança regulatória, assinale a alternativa correta.
- (A) A conduta é regular, pois a urgência e a instrução técnica permitem dispensa de colegialidade, desde que o diretor comunique o conselho em até 48 horas.
 - (B) A conduta é regular porque o diretor, como autoridade máxima da área técnica, possui competência decisória final sobre processos tarifários.
 - (C) A conduta é irregular, pois matérias de natureza regulatória exigem deliberação colegiada do Conselho Diretor e publicação oficial para produzir efeitos.
 - (D) A conduta é regular por se tratar de ato meramente executivo de parâmetro técnico, que não se submete à deliberação colegiada quando não altera norma geral.
 - (E) A conduta é irregular porque o diretor deixou de solicitar parecer jurídico prévio, requisito indispensável para a validade de todo ato regulatório.
- 24.** Sobre o modelo de estrutura-conduta-desempenho (E-C-D), é correto afirmar que
- (A) ele parte da premissa de que o desempenho das firmas determina, em última instância, a estrutura de mercado, razão pela qual mercados com lucros elevados atraem novos concorrentes e reduzem a concentração.
 - (B) a formulação original do modelo reconhece uma relação bidirecional entre estrutura, conduta e desempenho, ainda que a ênfase inicial recaia sobre a influência da demanda sobre o desempenho.
 - (C) a conduta das firmas é considerada independente da estrutura de mercado, de modo que decisões de preço e investimento são tomadas sem influência do grau de concentração ou barreiras à entrada.
 - (D) o modelo foi formulado para descrever mercados competitivos, não sendo aplicável a oligopólios ou monopólios naturais.
 - (E) um de seus pressupostos é a causalidade que parte da estrutura de mercado, como o grau de concentração, para influenciar a conduta das empresas e, por consequência, o desempenho econômico.
- 25.** À luz da Lei Complementar nº 1.413/2024 e das boas práticas regulatórias, assinale a alternativa correta.
- (A) As agências reguladoras deverão promover audiências e consultas públicas, após a tomada de decisão do Conselho Diretor, quanto à fixação de tarifas e estruturas tarifárias dos serviços regulados.
 - (B) As agências estaduais são autarquias de regime especial, caracterizadas pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade dos seus mandatos.
 - (C) O governador pode avocar e reformar, por mérito técnico, deliberações colegiadas das agências, em razão do poder de tutela administrativa sobre entidades da administração indireta.
 - (D) A SP ÁGUAS possui natureza de empresa pública de direito privado sujeita ao regime empresarial.
 - (E) O poder sancionador das agências depende de lei federal setorial específica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO SETOR DE SANEAMENTO

- 26.** De acordo com a Lei nº 11.445/2007, com as alterações da Lei nº 14.026/2020, assinale a alternativa correta sobre os Planos de Saneamento Básico.
- (A) O plano regional de saneamento básico deve contemplar todos os componentes do saneamento básico, com vistas à otimização do planejamento e da prestação dos serviços.
 - (B) As disposições constantes do plano regional de saneamento básico não prevalecerão sobre aquelas constantes dos planos municipais, quando existirem.
 - (C) Os municípios com população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes não poderão apresentar planos simplificados, com menor nível de detalhamento.
 - (D) Exceto quando regional, o plano de saneamento básico deverá englobar integralmente o território do ente da Federação que o elaborou.
 - (E) Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos.
- 27.** Acerca do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), instituído pela Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.043/2022, assinale a alternativa correta.
- (A) O conteúdo do Planares incorpora somente os resíduos sólidos urbanos (RSU).
 - (B) A instituição responsável pela elaboração do Planares é o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento.
 - (C) O Planares define diretrizes e estratégias para gestão dos resíduos de serviços de transporte (RST).
 - (D) O Planares deverá ter vigência por prazo indeterminado, horizonte de 20 (vinte) anos e ser atualizado em prazo não superior a 10 (dez) anos.
 - (E) O Planares estabelece que a gestão regionalizada é obrigatória para todos os municípios brasileiros, independentemente de sua capacidade técnica e financeira.
- 28.** De acordo com a Lei nº 11.445/2007, revisada pela Lei nº 14.026/2020, o titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico.
- Assinale o item que constitui competência do titular quanto à formulação da política pública.
- (A) Regulamentar requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas.
 - (B) Regulamentar subsídios tarifários e não tarifários.
 - (C) Editar normas sobre metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos.
 - (D) Definir parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público.
 - (E) Definir padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços.
- 29.** Quais dos seguintes geradores estão isentos da elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nos termos da Lei nº 12.305/2010?
- (A) Geradores dos resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
 - (B) Geradores dos resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos sólidos urbanos.
 - (C) Geradores de resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e nas instalações industriais.
 - (D) Geradores dos resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS.
 - (E) Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.
- 30.** De acordo com a Lei nº 11.445/2007, revisada pela Lei nº 14.026/2020, uma condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico é
- (A) a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.
 - (B) a existência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
 - (C) a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes dessa Lei, com a designação da entidade de regulação e de fiscalização a ser realizada somente após a assinatura do contrato.
 - (D) a edição de normas técnicas relativas a qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários.
 - (E) o estabelecimento da forma de prestação regionalizada na área de abrangência da prestação de serviços.

31. A Nota Técnica Conjunta nº 001/2024/CC/PR/MCID/MMA estabelece diretrizes para a estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos urbanos no âmbito do Governo Federal.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente diretriz prevista na referida nota técnica.

- (A) Elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos.
- (B) Processos de educação ambiental para atingir as metas da concessão.
- (C) Estruturação de taxas para recuperação de custos, preferencialmente por cobrança conjunta de água, esgoto e RSU.
- (D) Previsão de instrumentos para o atendimento da Política Nacional de Saneamento Básico.
- (E) Implantação da coleta indiferenciada escalonada.

32. Sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico, previsto na Política Federal de Saneamento Básico, é correto afirmar que esse instrumento deve

- (A) tratar das ações da União, dos Estados e dos municípios relativas ao saneamento básico nas áreas indígenas, nas reservas extrativistas da União e nas comunidades quilombolas.
- (B) abranger somente o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o manejo de águas pluviais, considerando que o manejo de resíduos sólidos já está contemplado no objeto do Planares.
- (C) conter as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico.
- (D) conter os objetivos e as metas nacionais, estaduais e municipais, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico.
- (E) contemplar ações de saneamento básico em núcleos urbanos informais ocupados por populações de baixa renda, quando estes forem consolidados e mesmo se encontrando em situação de risco.

33. De acordo com a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a seguinte cláusula é considerada necessária nos contratos de parceria público-privada:

- (A) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 10 (dez) nem superior a 20 (vinte) anos, incluindo eventual prorrogação.
- (B) as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).
- (C) a existência de normas de regulação, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização.
- (D) os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado e da administração pública.
- (E) a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

34. Acerca da interface entre recursos hídricos e saneamento básico, assinale a alternativa correta.

- (A) As tarifas de água bruta devem ser definidas pelas Entidades Reguladoras Infranacionais de Saneamento Básico.
- (B) Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela Entidade Reguladora Infranacional, o prestador de serviços poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com o objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.
- (C) Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.
- (D) São consideradas serviços públicos de abastecimento de água a reservação e a captação de água bruta, quando vinculadas à finalidade de abastecimento de água.
- (E) No controle social dos serviços públicos de saneamento básico, é assegurada a participação dos usuários dos recursos hídricos, notadamente a indústria e a agricultura.

ASPECTOS REGULATÓRIOS DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

35. Para os fins de atendimento ao disposto na Resolução ANA nº 04/2024, que dispõe sobre práticas de governança aplicadas às entidades reguladoras infranacionais (ERIs) que atuam no setor de saneamento básico, o seguinte requisito é considerado para comprovação da adoção dessa norma de referência:

- (A) estabelecimento e implementação de processos participativos antes da tomada de decisão sobre matérias de relevante interesse da sociedade, incluindo a realização de consultas públicas e audiências públicas na definição das agendas regulatórias e na elaboração de normas e atos regulatórios.
- (B) período de impedimento, após exoneração ou término do mandato dos membros do conselho diretor ou da diretoria colegiada, para o exercício de atividade profissional no setor regulado por prazo de, no mínimo, 90 (noventa) dias.
- (C) ato de delegação da regulação dos serviços de saneamento básico por parte da entidade de governança da prestação regionalizada.
- (D) estabelecimento de período de mandato fixo para os membros do conselho diretor ou da diretoria colegiada, não coincidentes, de, no máximo, 4 (quatro) anos, vedada a recondução.
- (E) existência de fontes de recursos do tesouro do titular dos serviços, adequadas ao pleno exercício das competências da ERI, além das fontes oriundas.

36. Assinale a alternativa correta no tocante à solução alternativa conforme a Norma de Referência nº 08/2024 da ANA e a Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020.

- (A) A solução alternativa não pode ser oferecida ao usuário como serviço público.
- (B) As soluções alternativas de domicílios não residenciais compõem o numerador do índice de cobertura de abastecimento de água (ICA).
- (C) A solução alternativa atestada pela ERI ou titular, mesmo após a execução da rede coletora de esgotos, conectada à estrutura de tratamento, em frente ao domicílio, permanecerá ainda como solução alternativa para efeito de cálculo dos indicadores da NR nº 08/2024 da ANA.
- (D) Cabe ao titular dos serviços definir, em norma, as soluções alternativas adequadas nos termos da NR nº 08/2024 da ANA, observando as características socioculturais, a densidade demográfica, os aspectos ambientais e outros critérios pertinentes às peculiaridades locais.
- (E) O usuário, mesmo dispondo de rede coletora de esgotos para conexão, pode optar por manter sua solução alternativa e não se conectar com a rede.

37. Assinale a alternativa correta no tocante à NR nº 11/2024 da ANA, que dispõe sobre as condições gerais para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

- (A) O abastecimento de água ou a coleta de esgoto deverá ser feito preferencialmente por um único ramal predial, de responsabilidade do prestador de serviços, para cada unidade usuária e para cada serviço, mesmo que abranja economias de categorias de usuários distintos.
- (B) Após a solicitação de ligação de esgoto, caso o prestador de serviços de esgotamento sanitário constate que a coleta não pode ser conduzida por gravidade, cabe ao próprio prestador a elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômica, às suas próprias expensas, com alternativas de atendimento e envio ao usuário para aprovação.
- (C) A execução do serviço de ligação de água ou esgoto implica reconhecimento, por parte do titular ou do prestador de serviços, de ocupação, posse ou propriedade do imóvel.
- (D) Cabe ao usuário indicar os pontos de entrega de água e de coleta de esgoto para que o prestador de serviços possa efetuar a conexão das instalações prediais de água e de esgoto com as respectivas redes públicas.
- (E) O usuário não é obrigado a assegurar ao prestador de serviços o acesso às instalações prediais de água e esgoto para fins de fiscalização, inspeção, leitura, manutenção ou substituição de hidrômetro, ainda que necessário.

38. Acerca da Matriz de Riscos, disposta na Norma de Referência nº 05/2024 da ANA, assinale a alternativa que apresenta corretamente o risco que pertence ao titular dos serviços.

- (A) Impactos sobre a execução do objeto do contrato dos serviços decorrentes de condições geológicas adversas, que causem atrasos no cronograma das obras ou acarretem custos adicionais.
- (B) Variação dos custos de operação e manutenção do sistema, inclusive em relação a não obtenção do retorno econômico previsto pelo prestador de serviços.
- (C) Descoberta fortuita de elementos de interesse arqueológico, histórico ou artístico que afete a execução do contrato.
- (D) Variação da taxa básica de juros que afete a execução do contrato.
- (E) Ocorrência de circunstâncias imprevisíveis e supervenientes, ou de consequências incalculáveis, em razão de caso fortuito ou força maior, que sejam objeto de cobertura de seguros exigidos no contrato, até o limite da cobertura contratada.

- 39.** Assinale a alternativa correta acerca da NR nº 01/2021 da ANA, que dispõe sobre o regime, a estrutura e os parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como os procedimentos e os prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.
- (A) Regime de cobrança é definido como o conjunto de regras e princípios legais ou editados por autoridades administrativas, que regem os instrumentos de cobrança, sendo o regime tributário para o caso de tarifas, e o regime administrativo para o caso de taxas e outros preços públicos.
 - (B) Para definição do valor a ser cobrado de cada usuário, o instrumento de cobrança poderá considerar como parâmetro, entre outros, a quantificação dos resíduos por meio da frequência de coleta.
 - (C) O regime, a estrutura e os parâmetros da cobrança pela prestação serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos e de limpeza pública devem ser adequados e suficientes para assegurar e manter a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços e devem considerar o princípio da modicidade tarifária.
 - (D) A tarifa pelos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos e de limpeza pública pode ser instituída por ato administrativo do titular, quando o serviço for prestado por administração direta, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista controladas pelo titular, ou por concessão administrativa regida pela Lei nº 11.079/2004.
 - (E) Receita requerida é aquela suficiente para ressarcir o prestador de serviço das despesas administrativas e dos custos eficientes de operação e manutenção (OPEX), de investimentos prudentes e necessários (CAPEX), bem como para remunerar de forma adequada o capital investido, exceto as despesas com os tributos cabíveis e com a remuneração da entidade reguladora.
- 40.** O indicador de Nível II da Norma de Referência nº 09/2024 da ANA é o índice de
- (A) perdas totais de água na distribuição.
 - (B) esgoto tratado referido ao esgoto coletado.
 - (C) micromedição do volume de água consumido.
 - (D) macromedição relativo ao volume disponibilizado de água.
 - (E) intermitência do serviço de abastecimento de água.
- 41.** Assinale a alternativa correta, de acordo com a Deliberação Arsesp nº 1.304, de 5 de julho de 2022, que estabelece as condições gerais para a prestação e a utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos em municípios ou consórcios de municípios regulados pela Arsesp.
- (A) É responsabilidade do prestador de serviços dar destinação adequada aos pequenos volumes de resíduos da construção civil e aos resíduos volumosos, conforme orientação do titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
 - (B) A ordem de prioridades a ser observada na gestão dos serviços públicos deve ser: não geração, redução da geração, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos, disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
 - (C) É atribuição do titular dos serviços realizar o monitoramento operacional dos serviços prestados nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais.
 - (D) A fiscalização realizada pela Arsesp, de natureza regulatória, está relacionada com a gestão de contratos públicos celebrados entre os titulares dos serviços e os prestadores dos serviços, terceirizados ou concessionários.
 - (E) O prestador deverá planejar coletas diferenciadas de resíduos segregados pelos usuários, observada a viabilidade técnica e econômica, em, no mínimo, duas frações – recicláveis secos e rejeitos – e, progressivamente, implantar coletas em outras frações específicas.
- 42.** O Contrato de Concessão nº 01/2024, celebrado entre a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAE 1 – Sudeste) e a Sabesp, apresenta, no capítulo 6, os direitos e as obrigações da Sabesp.
- Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma obrigação contratual da Sabesp.
- (A) Realizar anualmente pesquisa de satisfação de clientes e dar ampla divulgação, com destaque em seu sítio eletrônico, até dia 15 de março do ano fiscal subsequente ao período pesquisado, apresentando a tendência dos resultados apurados nos 3 (três) últimos anos.
 - (B) Fiscalizar periodicamente o estado de conservação dos bens vinculados à prestação dos serviços.
 - (C) Receber, dos órgãos competentes, informações atualizadas sobre as alterações cadastrais dos imóveis atendidos, em prazo compatível com a realização de cada revisão tarifária periódica.
 - (D) Utilizar, para a prestação dos serviços, vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio do poder concedente, inclusive para instalação de infraestrutura em geral, mediante prévia comunicação e autorização por parte dos municípios no caso de vias urbanas, quando aplicável.
 - (E) Acompanhar e avaliar, com apoio dos comitês técnicos instituídos no âmbito da URAE 1 – Sudeste, as metas de cobertura e o Plano Regional de Saneamento.

43. No tocante ao Convênio de Cooperação Técnica nº 7_6/2024, que celebra a Arsesp e a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAE 1 – Sudeste), competirá à Arsesp a seguinte função:

- (A) promover a necessária coordenação de ações relacionadas ao planejamento dos serviços com aquelas ligadas aos setores de habitação, recursos hídricos, proteção do meio ambiente, de saúde pública e do consumidor.
- (B) comunicar aos órgãos competentes os fatos que possam configurar infração à ordem econômica, ao meio ambiente ou a direitos do consumidor.
- (C) fixar critérios, indicadores, fórmulas, padrões e parâmetros de qualidade dos serviços e de desempenho do prestador de serviços, desde que ouvidos preliminarmente os comitês técnicos instituídos no âmbito da URAE 1 – Sudeste.
- (D) apoiar o prestador de serviços nos processos de licenciamento ambiental, envidando esforços para que sejam aprovadas as licenças necessárias à execução dos investimentos previstos no Contrato de Concessão nº 01/2024.
- (E) receber, da URAE 1 – Sudeste, os valores referentes a taxa de regulação, controle e fiscalização das atividades previstas no Convênio de Cooperação Técnica nº 7_6/2024.

ASPECTOS TÉCNICOS DO SETOR DE SANEAMENTO

44. Em um aterro sanitário que sofreu ruptura de taludes com vazamento de chorume e geração de gases inflamáveis, comprometendo a segurança operacional, qual conjunto de ações emergenciais deve ser priorizado, conforme as boas práticas de gestão de resíduos sólidos?

- (A) Suspensão da coleta regular de resíduos no município, contratação emergencial de empresa de coleta seletiva e destinação dos resíduos para aterro de município vizinho.
- (B) Acionamento exclusivo do órgão ambiental estadual para elaboração de plano de recuperação da área, sem necessidade de suspensão imediata das atividades.
- (C) Contenção do chorume por meio de barreiras físicas, manutenção da operação normal do aterro em células não afetadas e monitoramento diário dos taludes.
- (D) Disposição emergencial dos resíduos em área adjacente ao aterro, instalação de sistema provisório de drenagem de gases e comunicação à população afetada.
- (E) Evacuação da área de risco, acionamento da Defesa Civil e do órgão ambiental, contenção primária do chorume e suspensão temporária da disposição de resíduos no local.

45. Em relação ao dimensionamento das partes constitutivas dos sistemas de abastecimento de água, assinale a alternativa correta.

- (A) A pressão estática máxima nas tubulações das redes de distribuição de água deve ser de 100 kPa, e a pressão dinâmica mínima, de 50 kPa, de acordo com a NBR 12218.
- (B) Segundo a NBR 12216 e a NBR 12211, a capacidade da estação de tratamento de água é determinada para o período de funcionamento de 24 horas e com base em estudo técnico-econômico.
- (C) O índice de perda total (real e aparente) deve ser considerado na vazão de dimensionamento de uma estação elevatória de água tratada, segundo a NBR 12214, considerando as metas resultantes das ações e dos planos de controle e a redução de perdas do prestador de serviço ou contratante do sistema de abastecimento e sua evolução no horizonte do estudo ou do projeto.
- (D) No dimensionamento das redes de distribuição para abastecimento público, de acordo com a NBR 12218, a velocidade mínima nas tubulações deve ser de 1,0 m/s, e a máxima, de 3,0 m/s; esses valores referem-se às demandas máximas diárias no início e no final da etapa de execução da rede.
- (E) De acordo com a NBR 12217, o volume de reservação de um sistema de abastecimento de água necessário para atender às variações de consumo deve ser avaliado a partir de dados de consumo diário e do regime previsto de alimentação do reservatório, aplicando-se o fator 1,5 ao volume assim calculado, para considerar incertezas dos dados utilizados.

46. Acerca dos serviços que compõem o saneamento básico, assinale a alternativa correta.

- (A) Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.
- (B) Constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e os serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.
- (C) Os serviços públicos especializados de manejo de resíduos sólidos são constituídos pelas atividades e pela disponibilização e a manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana.
- (D) O princípio da integralidade que norteia os serviços públicos de saneamento básico está relacionado à adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais.
- (E) A disponibilização aos usuários de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários é considerada como serviço público de esgotamento sanitário.

47. Sobre as atividades que compõem os serviços de limpeza urbana, assinale a alternativa correta.
- (A) A atividade de varrição é somente realizada na modalidade manual, conforme as características do local e da eficiência na prestação.
 - (B) A atividade de remoção de resíduos em logradouros públicos consiste na desobstrução e na limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos.
 - (C) Nas atividades de limpeza e asseio de logradouros públicos, não pode ser utilizada água de reúso para minimizar o uso de água potável.
 - (D) As atividades de limpeza e asseio consistem na limpeza e na lavagem de túneis, escadarias, monumentos, abrigos, sanitários e outros logradouros públicos para mantê-los limpos e livres de odores desagradáveis.
 - (E) A atividade de capina consiste no corte da vegetação de pequeno e de grande porte em vias e logradouros públicos, objetivando os aspectos paisagísticos ou de segurança.
48. Quanto ao dimensionamento das partes constitutivas dos sistemas de esgotamento sanitário, assinale a alternativa correta.
- (A) Conforme a NBR 12209, para o dimensionamento das unidades de tratamento de esgotos e órgãos auxiliares, os parâmetros básicos seguintes devem ser obtidos para as diversas etapas do plano: vazões afluentes máxima e média; demanda bioquímica de oxigênio (DBO) ou demanda química de oxigênio (DQO); sólidos em suspensão (SS).
 - (B) De acordo com a NBR 9649, o diâmetro a empregar nos projetos de rede coletora de esgoto devem ser os previstos nas normas e nas especificações brasileiras relativas aos diversos materiais, o menor não sendo inferior a DN 150.
 - (C) A distância máxima entre poços de visita dos interceptores de esgoto deve ser de 150 m ou aquela limitada pelo alcance dos meios de desobstrução a serem utilizados (NBR 12207).
 - (D) Altura manométrica é a diferença de nível entre o poço de sucção e o ponto de recalque do esgoto, desconsiderando as perdas de carga nas tubulações e a pressão necessária para o funcionamento do sistema.
 - (E) As lâminas d'água das redes coletoras de esgoto devem ser sempre calculadas admitindo o escoamento em regime uniforme e permanente, sendo o seu valor máximo, para vazão final (Q_f), igual ou inferior a 70% do diâmetro do coletor (NBR 9649).
49. Um município pretende implementar medidas para reduzir o efeito de ilhas de calor urbanas, melhorar a qualidade do ar, aumentar a infiltração de águas pluviais no solo e, ao mesmo tempo, oferecer espaços de convivência para a população.
- Considerando os princípios das soluções baseadas na natureza (SBN), assinale a alternativa que apresenta a abordagem mais adequada para atender simultaneamente a esses objetivos.
- (A) Construção de galerias pluviais profundas associadas a pavimentos permeáveis de concreto poroso em todas as vias públicas.
 - (B) Implantação de corredores verdes urbanos com vegetação nativa, jardins de chuva e áreas permeáveis integradas a espaços de lazer.
 - (C) Instalação de estações de tratamento de esgoto descentralizadas com tecnologia de membranas e processos de oxidação avançada.
 - (D) Ampliação da rede de drenagem convencional com tubulações de maior diâmetro e construção de reservatórios de retenção impermeabilizados.
 - (E) Canalização e revestimento de cursos d'água urbanos combinados com sistemas de bombeamento automatizado para controle de cheias.
50. Considerando as medidas de controle de redução de escoamento, assinale a alternativa correta.
- (A) O pavimento poroso tem como função o armazenamento temporário da chuva no local do próprio pavimento, resultando no retardo e/ou na redução do escoamento pluvial gerado pelo pavimento.
 - (B) A vala de infiltração tem como função principal a captação e o transporte rápido das águas pluviais para corpos hídricos receptores, sem promover infiltração no solo.
 - (C) A trincheira de infiltração tem como função o armazenamento temporário da chuva no telhado da edificação, possibilitando o retardo e/ou a redução do escoamento pluvial gerado em área adjacente.
 - (D) A bacia subterrânea tem como função o armazenamento temporário de resíduos sólidos urbanos, resultando na redução do volume de lixo destinado aos aterros sanitários.
 - (E) O microrreservatório tem como função o armazenamento permanente de águas residuárias domésticas, substituindo sistemas convencionais de tratamento de esgoto.

51. Sobre a definição de padrões e indicadores de qualidade nos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os indicadores econômico-financeiros, como custo unitário de coleta e despesa total com manejo de RSU, são suficientes para avaliar a qualidade dos serviços, dispensando a utilização de indicadores operacionais e ambientais.
 - (B) O monitoramento de indicadores deve ser realizado exclusivamente pela entidade reguladora, sem necessidade de divulgação pública dos resultados, para evitar interpretações equivocadas por parte da população.
 - (C) A definição de padrões de qualidade é atribuição exclusiva dos prestadores de serviços, cabendo aos titulares apenas a fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas nos contratos de prestação.
 - (D) Padrões de qualidade estabelecidos em contratos de concessão não podem ser alterados durante a vigência contratual, mesmo que estudos técnicos demonstrem necessidade de ajustes para adequação às condições locais.
 - (E) Os indicadores de desempenho operacional, como taxa de cobertura de coleta e índice de destinação final adequada, permitem a comparação entre diferentes prestadores e municípios, subsidiando processos de *benchmarking* e identificação de melhores práticas no setor.
52. Acerca da coleta de resíduos sólidos urbanos, seletiva ou indiferenciada, assinale a alternativa correta.
- (A) A coleta dos resíduos originários do serviço de limpeza urbana deve ser realizada de forma separada em relação à coleta dos resíduos domésticos e equiparados.
 - (B) A atividade de coleta de resíduos domésticos e equiparados deverá ser realizada exclusivamente nas áreas urbanas, conforme estabelecido no plano operacional de prestação dos serviços.
 - (C) Os resíduos recicláveis devem ser segregados em resíduos secos e orgânicos, de forma segregada dos rejeitos, acondicionados e disponibilizados para coleta seletiva, conforme estabelecido na legislação do titular, nos planos de saneamento básico e de resíduos sólidos e nas normas da ERI.
 - (D) A atividade de coleta de resíduos domésticos e equiparados pode ser realizada nas modalidades indiferenciada ou seletiva, cabendo ao usuário propor os dias e os horários das respectivas coletas no manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.
 - (E) A disponibilização dos resíduos sólidos urbanos é de responsabilidade dos prestadores do serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos, cabendo a estes a segregação, o acondicionamento e a disponibilização em ponto de coleta ao prestador de serviço, segundo critérios do titular.
53. Acerca do Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente, assinale a alternativa correta.
- (A) Existe impedimento no aproveitamento de águas de melhor qualidade em usos menos exigentes, desde que tais usos não prejudiquem a qualidade estabelecida para essas águas.
 - (B) Os limites de demanda bioquímica de oxigênio (DBO), estabelecidos para as classes 2 e 3, poderão ser elevados, caso o estudo de autodepuração do corpo receptor demonstre que os teores mínimos de oxigênio dissolvido (OD) previstos não serão desobedecidos em nenhum ponto dele, nas condições críticas de vazão.
 - (C) As águas interiores situadas no território do Estado de São Paulo, do tipo classe 2, são destinadas ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional, à preservação de peixes em geral e de outros elementos da fauna e da flora e à dessedentação de animais.
 - (D) Considera-se poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia lançada ou liberada nas águas, no ar ou no solo por fontes de poluição com características de localização e utilização de acordo com os referidos padrões de condicionamento e projeto.
 - (E) Compete à Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente (CETESB), entre outras atividades, elaborar normas, especificações e instruções técnicas relativas à prestação dos serviços de esgotamento sanitário.
54. Com base na Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, assinale a alternativa correta.
- (A) Cabe ao responsável pelo sistema de abastecimento de água manter à disposição da autoridade de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios as informações sobre os produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e sobre os materiais que tenham contato com a água para consumo humano durante sua produção, armazenamento e distribuição.
 - (B) Compete à Vigilância Sanitária Municipal exercer o controle da qualidade de água para consumo humano dos sistemas de abastecimento de água.
 - (C) Compete às Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal realizar inspeções sanitárias periódicas em sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água e carro-pipa.
 - (D) As análises laboratoriais para vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas nos laboratórios dos prestadores de serviço.
 - (E) É competência exclusiva dos municípios analisar as informações do Siságua na perspectiva de gestão de riscos e da segurança da água para consumo humano.

55. Entre os maiores problemas de eficiência no setor de saneamento básico no Brasil, encontram-se os elevados índices de perdas no abastecimento de água.

Acerca dessas perdas, assinale a alternativa correta.

- (A) A micromedição é a medição do volume de água em pontos estratégicos do subsistema de distribuição, como adutoras, reservatórios ou distritos de medição e controle, com o objetivo de subsidiar o balanço hídrico e a identificação de perdas.
- (B) As perdas de água não impactam no custo dos insumos químicos e na energia para bombeamento, entre outros fatores de produção da água tratada e distribuída.
- (C) O índice de perdas de faturamento de água avalia o nível de água não consumida em um sistema de distribuição em termos volumétricos.
- (D) O distrito de medição e controle (DMC) é zona ou setor hidráulico do subsistema de distribuição de água com limites geográficos e operacionais bem definidos, no qual é possível medir e monitorar continuamente os volumes de entrada e de consumo, possibilitando o diagnóstico localizado de perdas e a gestão eficiente da rede.
- (E) Perdas aparentes são perdas físicas ou volume de água tratada disponível no subsistema de distribuição de água e que não é disponibilizado para o consumidor final, devido a vazamentos, extravasamentos ou rompimentos nos componentes do subsistema de distribuição de água.

56. De acordo com a Resolução Conama nº 430, de 13 de maio de 2011, que dispõe sobre as condições e os padrões de lançamento de efluentes, é correto afirmar:

- (A) o órgão ambiental competente não pode acrescentar outras condições e padrões para o lançamento de efluentes nem torná-los mais restritivos em relação ao disposto na mencionada resolução.
- (B) a capacidade de suporte do corpo receptor é o valor mínimo de determinado poluente que o corpo hídrico pode receber sem comprometer a qualidade da água e seus usos determinados pela classe de enquadramento.
- (C) os efluentes não poderão conferir ao corpo receptor características de qualidade em desacordo com as metas obrigatórias progressivas, intermediárias e final do seu enquadramento.
- (D) para o lançamento de efluentes tratados em leito seco de corpos receptores intermitentes, o órgão ambiental competente poderá definir condições especiais, ouvida a entidade reguladora infranacional de saneamento básico.
- (E) para o lançamento direto de efluentes oriundos de sistemas de tratamento de esgotos sanitários, deverão ser obedecidas as condições de lançamento de efluentes, cujos parâmetros são pH, temperatura, demanda química de oxigênio, substâncias solúveis e materiais flutuantes.

57. Considerando as tecnologias de tratamento de resíduos sólidos, assinale a alternativa correta.

- (A) Na produção do combustível derivado de resíduo (CDR), não se faz necessário tritar, peneirar, triar, secar e/ou peletizar os resíduos sólidos urbanos (RSU).
- (B) O tratamento mecânico biológico (TMB) é um processo de tratamento destinado aos resíduos domésticos provenientes da coleta diferenciada (são segregados no domicílio).
- (C) O coprocessamento é um processo de decomposição biológica controlada de resíduos orgânicos, efetuado por uma população diversificada de organismos, em condições aeróbias e termofílicas, resultando em material estabilizado, com propriedades e características diferentes daquele que lhe deu origem.
- (D) A recuperação de gás de aterro sanitário consiste na recuperação do biogás proveniente da decomposição aeróbia da fração orgânica de resíduos sólidos urbanos (RSU), por ação de microrganismos que transformam os resíduos em substâncias mais estáveis, como dióxido de carbono (CO_2), água (H_2O), metano (CH_4), gás sulfídrico (H_2S), mercaptanas e outros componentes.
- (E) A incineração é um tratamento térmico de resíduos em alta temperatura (acima de $800\text{ }^\circ\text{C}$), realizado com uma mistura de ar controlada durante um determinado intervalo de tempo, com os resíduos incinerados submetidos a um ambiente fortemente oxidante, onde são decompostos em três fases: uma sólida inerte (cinzas ou escórias), uma gasosa e uma quantidade mínima líquida.

58. Considerando as atividades de manejo dos resíduos sólidos urbanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A triagem consiste na separação dos resíduos sólidos urbanos em várias parcelas específicas, de acordo com suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, a fim de reutilização e reciclagem, não havendo geração de rejeitos nessa atividade.
- (B) Os resíduos da coleta diferenciada deverão ser encaminhados para unidades de triagem, de tratamento ou de destinação final adequadas para o processamento desses tipos de resíduos, nos termos definidos pelo órgão ambiental competente.
- (C) O transbordo consiste na transferência dos resíduos sólidos urbanos de veículos da coleta para veículos de menor capacidade de carga, com o objetivo de proporcionar celeridade no transporte para as unidades de triagem, de tratamento ou de destinação final.
- (D) Nas atividades de destinação final, os resíduos sólidos urbanos, incluindo aqueles decorrentes das atividades de triagem e tratamento, somente poderão ser encaminhados para disposição final em aterros sanitários.
- (E) A reutilização consiste no processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes.

59. Em relação aos direitos e aos deveres dos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, é correto afirmar:

- (A) na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, não há previsão de ressarcimento dos danos aos usuários que porventura lhes sejam causados em razão do serviço concedido.
- (B) o prestador de serviços será responsável pela adequação técnica, a manutenção e a segurança das instalações internas da unidade usuária, situadas após ponto de entrega de água e antes do ponto de coleta de esgoto.
- (C) o usuário não é responsável, na qualidade de depositário a título gratuito, pela custódia do padrão de ligação de água e equipamentos de medição e outros dispositivos do prestador de serviços, de acordo com suas normas procedimentais.
- (D) os usuários e os não usuários terão à sua disposição, para consulta, nos escritórios e nas agências de atendimento do prestador de serviços, em local de fácil visualização e acesso, entre outros documentos, cópia de Portaria do Ministério da Saúde que disponha sobre os padrões de potabilidade.
- (E) o prestador de serviços deverá dispor, em toda a sua área de atuação, de atendimento aos usuários por telefone, para registro das reclamações operacionais e emergenciais, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, exceto feriados, devendo a reclamação apresentada ser convenientemente registrada e numerada em formulário próprio.

60. Considerando as condições operacionais na prestação dos serviços de abastecimento de água regulados pela Arsesp, esse serviço poderá ser interrompido, obrigatoriamente por aviso prévio, no seguinte caso:

- (A) inadimplemento do usuário do pagamento das tarifas.
- (B) manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, pelo usuário.
- (C) situação de emergência que ofereça risco iminente à segurança de pessoas e bens.
- (D) solicitação do usuário.
- (E) necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas.

RASCUNHO

